

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

# A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS  
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

4

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA

# A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS  
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

4

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

iStock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 4

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-236-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.361210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO MESTRADO MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Litieska Barros da Silva Santos

Camila Silva Araújo

Victor Santana Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109071>

### **CAPÍTULO 2..... 7**

#### **CRIAÇÃO COLETIVA E COLABORATIVA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO FORMA DE VALORIZAR A AUTORIA E ACRIATIVIDADE DE PROFESSORES E ESTUDANTES**

Constantino Dias da Cruz Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109072>

### **CAPÍTULO 3..... 17**

#### **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

Maria Elisabete Fernandes

Mariana Lisbôa de Oliveira

Danúbia Bianchi Menegat

Cassiane Paganella da Silva

Elis Giane Jacobi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109073>

### **CAPÍTULO 4..... 20**

#### **PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS: EXPERIÊNCIAS EM ESCOLAS BRASILEIRAS**

Debora Cavalcante Silva

Richard Alecsander Reichert

André Luiz Monezi Andrade

Adriana Scatena

Beatriz Iannotta

Rosana Fanucci Silva Ramos

Suzanna Araújo Preuhs

Felipe Anselmo Pereira

Lucas da Rosa Ferro

Denise De Micheli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109074>

### **CAPÍTULO 5..... 46**

#### **DERMEVAL SAVIANI EM “HISTÓRIA DAS IDEIAS PEDAGÓGICAS NO BRASIL” E A UTILIZAÇÃO DO MÉTODO ABDUTIVO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

Isabela Araujo Lima

Gledson Lima Alves

Ada Augusta Celestino Bezerra

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109075>

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>54</b>
A JUVENTUDE ESTUDANTIL VISTA PELA IMPRENSA NO INTERIOR BRASILEIRO: ANOS 1950 E 1960	
Isaura Melo Franco	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109076">https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109076</a>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
A VISÃO DOS ALUNOS, PAIS E PROFESSORES SOBRE A PERMANÊNCIA E ÊXITO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO DO IFG URUAÇU	
Marcilene Dias Bruno de Almeida	
Gene Maria Vieira Lyra-Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109077">https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109077</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>77</b>
FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA ESCOLA: DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO INFANTIL, EDUCAÇÃO ESPECIAL E CURRÍCULO	
Marcelo Dobrovoski	
Alexandro Braga Vieira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109078">https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109078</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>88</b>
MÚSICA, EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA MACUXI, A PARTIR DA “BANDA CRUVIANA” DA UFRR	
Flávia Ávila Santa Rita	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109079">https://doi.org/10.22533/at.ed.3612109079</a>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>100</b>
AS DIFICULDADES DOCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS	
Jéssica Midori Matsuda de Oliveira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090710">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090710</a>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>112</b>
O COLLEGIO MARIANNO (1867-1907): A EDUCAÇÃO FEMININA FEITA POR PARTICULARES NA REGIÃO SUL MINEIRA	
Hercules Alfredo Batista Alves	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090711">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090711</a>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>121</b>
PERCURSOS METODOLÓGICOS DE PESQUISAS SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Fabiola Gomes de Souza	
Ana Fanny Benzi de Oliveira Bastos	
Nerio Aparecido Cardoso	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090712">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090712</a>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>138</b>
A COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	
Isabel Maria Romero Fernandez de Carvalho	
Patrícia Ortiz	
Augusto Ezequiel Afonso	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090713">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090713</a>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>151</b>
O ESPAÇO PARA EXPRESSÃO DA SUBJETIVIDADE NA FORMAÇÃO ESCOLAR DO LEITOR	
Márcia de Assis Ferreira	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090714">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090714</a>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>161</b>
MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL E A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA: UMA EXPERIÊNCIA PROMISSORA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	
Jean Franco Mendes Calegari	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090715">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090715</a>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>172</b>
PRODUÇÃO DOCENTE EM PARES: UMA EXPERIÊNCIA DE METODOLOGIA ATIVA E CURADORIA DO CONHECIMENTO	
Wilzelaine Aparecida Hanke	
Jociana Maria Bill Kaelle	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090716">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090716</a>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>184</b>
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	
Jéssica Galdino de Mendonça dos Santos	
Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090717">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090717</a>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>198</b>
A ESCRITA COMO TRABALHO NO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA: REFLEXÕES À LUZ DA LINGUÍSTICA APLICADA	
Luan Tarlau Balieiro	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090718">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090718</a>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>207</b>
MUDANÇA CURRICULAR E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Maria da Glória Silva e Silva	
Elizabeth Diefenthaeler Krahe	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090719">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090719</a>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>217</b>
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE INCLUSÃO E DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	
Divaneide Lira Lima Paixão	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090720">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090720</a>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>229</b>
A ESCOLHA DO CURSO DE GRADUAÇÃO SOB UMA PERSPECTIVA WEBERIANA	
Maria da Conceição Soares	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090721">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090721</a>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>238</b>
CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RELATO DE EXPERIENCIA DE UM EVENTO DE MOBILIZAÇÃO	
Jailane Janaina Delmaschio Alves	
Viviane de Araújo Leal	
Maria Antônia Valadares de Souza	
Waldecy Rodrigues	
Airton Cardoso Cançado	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090722">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090722</a>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>245</b>
RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DA ARTE: POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Sabrina Bleicher	
Marcela Krüger Corrêa	
Douglas Paulesky Juliani	
João Artur de Souza	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090723">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090723</a>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>256</b>
TECENDO DIÁLOGOS: AS CONTRIBUIÇÕES DE UM GRUPO DE ESTUDO-REFLEXÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Rafael Carlos Queiroz	
Mariangela Lima de Almeida	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090724">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090724</a>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>269</b>
AS EXPECTATIVAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO REMOTA	
Maria Rosania Stofel	
Ines de Oliveira Ramos	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090725">https://doi.org/10.22533/at.ed.36121090725</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>281</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>282</b>

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE INCLUSÃO E DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Data de aceite: 21/06/2021

Data de submissão: 06/04/2021

Atendimento Educacional Especializado,  
Legislação.

**Divaneide Lira Lima Paixão**

SEEDF/Subsecretaria de Formação  
Continuada dos profissionais da educação  
Brasília/DF  
<http://lattes.cnpq.br/4172854874302524>

**RESUMO:** O estudo teve como objetivo identificar e analisar as representações sociais de inclusão e de atendimento educacional especializado, em políticas públicas e documentos legislativos com foco na educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Esta é uma pesquisa documental, do tipo descritiva. Os dados foram coletados em documentos da federais e em documentos publicados no Distrito Federal. As análises foram feitas com ajuda do *software* Alceste. O atendimento educacional especializado tem se firmado como um serviço muito importante para a eliminação de barreiras que impeçam as aprendizagens. Já o conceito de inclusão não apareceu nas classes formadas pelo Alceste, embora tenham surgido conceitos relacionadas às práticas inclusivas. Ainda vivemos em uma sociedade pouco inclusiva, portanto, não é o conceito de inclusão em si que deve estar na centralidade dos processos inclusivos, mas sim as ações educacionais, éticas e humanas, capazes de favorecer sua solidificação.

**PALAVRAS - CHAVE:** Educação Inclusiva,

### SOCIAL REPRESENTATIONS OF INCLUSION AND SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICE

**ABSTRACT:** The study aimed to identify and analyze the social representations of inclusion and specialized educational assistance, in public policies and legislative documents with a focus on special and inclusive education. This is a documentary and descriptive research. The data were collection in federal documents and documents published in the Federal District of Brazil. The analyzes were performed with the Alceste software. Specialized educational assistance has established itself as a very important service for the elimination of barriers that prevent learning. The concept of inclusion did not appear in the classes formed by Alceste, although concepts related to inclusive practices have emerged. We still live in a society that is not very inclusive, therefore, it is not the concept of inclusion itself that must be at the center of inclusive processes, but educational, ethical and human actions, capable of favoring their solidification.

**KEYWORDS:** Inclusive Education, Specialized Educational Service, Legislation.

### 1 | INTRODUÇÃO

Há quase três décadas, o Brasil optou pela estruturação de um sistema educacional inclusivo, fato que se fortaleceu quando foi signatário da Declaração de Jomtien, Tailândia,

em 1990 e do documento final da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, Espanha, no ano de 1994. Em tal conferência foi exaltada a ideia de que as escolas comuns representam o meio mais eficaz para combater atitudes discriminatórias e, sendo assim, devem acolher todas as crianças, sem distinção.

Foi, portanto, ao longo dos anos 90 que o conceito de educação inclusiva evoluiu como proposta institucional, caracterizando-se, como afirma Beyer (2009, p. 73), em “um novo princípio educacional, cujo conceito fundamental defende a heterogeneidade da classe escolar” e demanda uma pedagogia única, capaz de acolher os alunos nas suas necessidades.

Para Voltolini (2015), o significante inclusão chega até nós por intermédio das políticas públicas e dos movimentos em defesa de grupos minoritários. O que, segundo o autor, traz ao debate o seu termo reverso, segregação, que parece ser uma tendência presente na sociedade. Não fosse assim, as pessoas com deficiências e as minorias não precisariam lutar pelo direito de estarem incluídos socialmente.

A inclusão, portanto, propõe a queda de preconceitos que inferiorizam os sujeitos, que os mantêm alijados da sociedade e, em contraposição reafirma a luta pela garantia de direitos e de oportunidades para todos. As mudanças provocadas pela ampliação desse debate são visíveis, especialmente no que tange as questões educacionais.

Para facilitar o processo de mudança – em que a educação é chamada a superar o modelo de integração escolar e adotar uma educação inclusiva – foram elaborados documentos (notas técnicas, pareceres, decretos, resoluções, orientações) que sustentam discussões e movimentos de diferentes profissionais, alunos, pais e instituições acerca das políticas públicas de inclusão escolar e sobre a qualidade do atendimento que deve ser dispensado aos estudantes público-alvo da educação especial.

Callegari (2015) e Tedesco (2010) consideram que, no Brasil, um importante caminho já foi trilhado no que tange ao processo de inclusão escolar, mas ainda deixamos a desejar na qualidade dessa oferta, mesmo depois da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), em 2008, que foi um divisor de águas na história da educação especial brasileira.

A PNEEPEI estabeleceu que a educação especial não pode ser tomada como modalidade substitutiva à escolarização e delimitou o público-alvo da educação especial, a saber: estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A educação especial passou, desde a publicação do documento, a ser compreendida como

uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2009).

Cabe evidenciar que, na perspectiva da educação inclusiva, “o atendimento educacional especializado é definido como [...] um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”. (BRASIL, 2011).

A operacionalização do atendimento educacional especializado (AEE) acaba, assim, por condicionar a concretização do PNEEPEI, como apontam Neves, Rehme e Ferreira (2019) e, nesse cenário, o AEE passa a ser compreendido como um dispositivo que possibilita criar alternativas educacionais inclusivas que minimizem barreiras para que todos possam estar na escola regular e nela se desenvolverem integralmente.

A Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, definiu as Diretrizes Operacionais para o AEE, na Educação Básica, indicando que esse serviço deve integrar o projeto político pedagógico das escolas, envolvendo as famílias como parceiras do trabalho educacional.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), seguindo as propostas de educação inclusiva, em conformidade com os movimentos nacionais e internacionais, reorganizou seus ambientes escolares, e o processo de integração foi dando lugar à lógica inclusiva.

Desse modo, a SEEDF se viu diante de um novo paradigma educacional “fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis e que avança em relação à ideia de equidade formal, ao contextualizar circunstâncias históricas de produção da exclusão dentro e fora da escola” (DISTRITO FEDERAL, 2014).

A despeito de todos os dispositivos legais, federais e distritais, e todo o apoio de diferentes profissionais e instituições, as dificuldades para efetivação de uma proposta de educação inclusiva – que dê conta de possibilitar acesso ao conhecimento a todas as crianças e manter o direito de acesso e permanência nas escolas regulares – são visíveis.

Para melhor compreender o fenômeno da educação inclusiva e dos recursos que ela exige para sua efetivação, o objetivo desta pesquisa foi identificar as representações sociais sobre inclusão e sobre o atendimento educacional especializado em políticas e legislações federais e distritais, da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Esse trabalho se justifica, portanto, porque pode contribuir no descortinamento de possíveis relações e contradições que possam interferir na aceitação plena da proposta de educação inclusiva e na implementação da proposta de AEE.

## **2 | METODOLOGIA**

A Teoria das Representações sociais deu suporte às análises procedidas neste estudo já que, para Moscovici (1978, p. 44), ela se constitui em “uma das vias de apreensão do mundo concreto, em seus alicerces e em suas consequências”. Sendo assim, a TRS se constitui em aparato teórico-metodológico adequado na análise de fenômenos sociais,

como aqueles relacionados ao campo educacional, como conceitos e ações pedagógicas, por exemplo.

Para alcançar o objetivo do presente estudo, foi realizada uma pesquisa documental, de caráter descritivo, cuja fonte primária foram os seguintes documentos, no cenário federal: (1) Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva/2008, (2) Resolução CNE/CEB 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica; (3) Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e (4) Lei 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, como é também conhecida. No cenário distrital: (1) Orientação Pedagógica da Educação Especial/2010, (2) Currículo em Movimento da Educação Básica - Caderno da Educação Especial/2014, (3) Resolução CEDF 1/2017 e (4) Resolução CEDF 1/2018, ambas as resoluções estabelecem normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino do Distrito Federal.

A seleção dos documentos se deu pela importância que adquiriram na regulação da educação especial, na perspectiva da inclusão, e cada um deles foi considerado uma unidade de contexto inicial (UCI), submetida à análise lexical pelo *Software* francês de análise de dados textuais Alceste<sup>1</sup> (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto), versão 4.8/ 2012.

O Alceste é um *software* de análise lexical que utiliza como método a classificação hierárquica descendente, que se dá por meio de sucessivas divisões do texto, identificando oposições entre palavras do texto e extraíndo as classes de enunciados representativos. (IMAGE, 2010).

Na preparação do corpus, cada documento foi separado com linhas iniciadas por asteriscos. Em cada linha foram definidas três variáveis destinadas à identificação do documento, ao ano de publicação e, por fim, a última variável informou se o documento era da esfera federal ou distrital.

É importante ressaltar que, apesar do Alceste ser um programa de análise quantitativa de dados textuais, seus eixos e classes são nominados qualitativamente a partir do olhar do pesquisador sobre os conteúdos dos planos discursivos, cabendo a este a organização e interpretação dos dados.

Vale evidenciar também que o *software* Alceste aplica os princípios do método de Análise de Conteúdo (AC), uma vez que este “faz uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais” (BAUER, 2002. p. 190). É pertinente, portanto, adotar a definição de Análise de Conteúdo de Bardin (1977, p. 42), uma vez que ela consiste em um conjunto de técnicas de análise dos discursos “visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições

<sup>1</sup> Todos os direitos autorais do software são reservados à Société IMAGE. Autor: Max Reinert.

de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 11) o programa analisa os discursos e conteúdos a partir de “normas sistemáticas de extrair significados temáticos ou os significantes lexicais”. Assim, os procedimentos do Alceste estão em consonância com os pressupostos da pesquisa documental.

Em síntese, o programa gerou um relatório detalhado com a apresentação dos eixos e das classes identificadas por meio da composição do mundo lexical, da lista de palavras mais significativas de cada classe, dos recortes textuais representativos de cada classe, assim como dos gráficos de classificação hierárquica descendentes e das análises fatoriais de correspondência. Após o procedimento de análise pelo *software*, os eixos foram nomeados, conforme apresentado na seção a seguir.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O corpus analisado, composto por 8 documentos ou Unidades de Contexto Inicial (UCI), foi separado, pelo *software* Alceste em núcleos de sentido, chamados de Unidades de Contexto Elementar (UCE), agrupando-os em três categorias, chamadas de classe. A Figura 1 traz uma representação das unidades de classe, com o respectivo percentual do conteúdo que compõe cada uma delas.

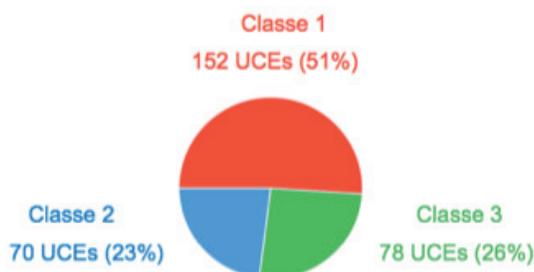


Figura 1: Representação das unidades de classe.

Fonte: Relatório do Alceste

As classes foram dispostas em dois eixos. O Eixo 1, denominado ‘Atendimento Educacional Especializado’, contempla apenas a Classe 1. Neste Eixo aparecem representados os seguintes documentos, na ordem de importância para o programa: Orientação Pedagógica da Educação Especial/2010 (Distrito Federal), Resolução CNE/CEB 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica e Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado (Brasil) e Resolução CEDF 1/2017, que estabelece normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino (Distrito Federal).

O Eixo 2, nomeado de ‘Currículo Flexível, Acessibilidade e Eliminação de Barreiras’,

agrupa as classes 2 e 3. Neste Eixo, aparecem apenas dois dos oito documentos: Lei 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil), na Classe 2 e Currículo em Movimento – Caderno da Educação Especial/2014 (Distrito Federal), na Classe 3.

A classificação hierárquica descendente (Figura 2) mostra a relação das classes e a distribuição delas nos eixos.

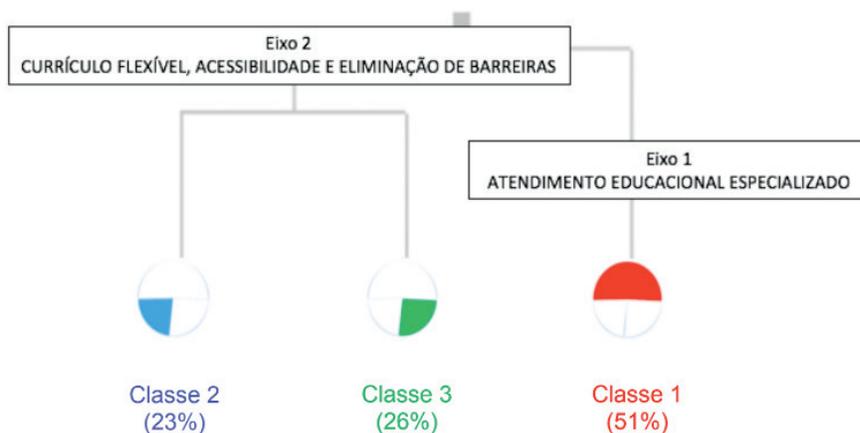


Figura 2 - Classificação Hierárquica Descendente

Fonte: Relatório do Alceste

A Classe 1 é composta por 152 núcleos de sentido (51%) do conteúdo analisado, sendo, portanto, a maior. As palavras ou expressões mais significativas reunidas nesta classe são, em ordem de importância no discurso: *atendimento educacional especializado, altas habilidades/superdotação, apoio, ensino, público-alvo, transtornos globais, instituições, articulação, salas e centros*. Tais enunciados estão relacionados, principalmente, às diretrizes de implementação do atendimento educacional especializado, conforme documentos federais e distritais. O fato desta classe conter documentos de ambas as esferas sinaliza que o Distrito Federal (DF) está em consonância com as normas federais no que se refere a este serviço.

Nos diversos documentos que representam esta classe, o AEE aparece como tema central e se relaciona com informações que dizem respeito a sua função, ao público-alvo da política, e aos espaços onde este serviço deve acontecer.

O tamanho da classe e a coesão do discurso, revelam a importância do AEE como função articuladora para viabilizar a implementação da perspectiva inclusiva, já que o serviço ofertado por intermédio do AEE tem como objetivo, segundo consta no Decreto 7611/11:

prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras do processo de ensino e aprendizagem; e assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, modalidades e etapas de ensino.

O AEE propõe, dessa forma, um olhar diferenciado para as pessoas com deficiência, mas não um olhar que as estigmatiza e os diminui. Ao contrário, propõe-se que os territórios educativos se constituam como cenários para efetivos processos de aquisição de conhecimentos, a partir de um trabalho que considera as necessidades, mas também as potencialidades de cada um dos sujeitos cognoscentes.

As ideias relacionadas às ações práticas capazes de promover o ensino dos estudantes público-alvo da educação especial e a eliminação de barreiras para sua efetivação aparecem, respectivamente, nas classes 3 e 2, do Eixo 2.

A Classe 3, detentora de 26% do conteúdo e composta por 78 núcleos de sentido, agrupa conceitos presentes no documento distrital denominado Currículo em Movimento, mais especificamente, no Caderno de Educação Especial, publicado no ano de 2014. Neste documento aparecem conceitos que remetem a ações e recursos utilizados na concretização do AEE.

Entre as palavras ou expressões mais significativas desta classe, temos, em ordem: *currículo, adequações e adaptações curriculares, diversidade, escola, relações, sentido, significativas, critérios de flexibilização, aprendizagem, respeito*. Estas palavras, sinalizam as orientações e práticas inclusivas na SEEDF ao sintetizar o entendimento expresso no referido documento sobre a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial e sobre a abrangência do AEE:

(...) a sala de aula do ensino regular representa o espaço real de inclusão no contexto escolar, uma vez que as diferenças se apresentam como fator que contribui para a convivência com a heterogeneidade, em um ambiente inclusivo e de enriquecimento. É importante destacar que o atendimento educacional especializado não pode ser restrito às salas de recursos; ele é abrangente em termos de estratégias pedagógicas, ações políticas e diversidade de recursos acessíveis, didáticos e pedagógicos que, juntos, possibilitam efetivação da proposta curricular para esse grupo de estudantes. Nesta perspectiva, o currículo deve ser dinâmico e flexível e proporcionar situações para que ocorram as aprendizagens (DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 11).

O modo como essa classe se constituiu, reunindo termos essenciais das práticas pedagógicas inclusivas na SEEDF, especialmente no que toca as propostas de adaptações e adequações curriculares que respeitam os diferentes ritmos de aprendizagens dos alunos, aproxima o discurso aqui erigido da compreensão de currículo, apontada por Sacristán (1998), isto é, currículo como um dispositivo regulador das práticas pedagógicas, que levam

em consideração tanto as exigências curriculares como as intenções dos educadores, o que evidencia a importância dos educadores encontrarem sentido na proposta inclusiva para que ela possa, de fato, se efetivar nas suas ações diárias.

Conforme observam Santos e Martínez (2016, p. 254), é indiscutível a importância da adaptação curricular “como uma alternativa pedagógica necessária ao acesso e à participação efetiva dos alunos com desenvolvimento atípico no processo de escolarização, haja vista a estrutura padronizada e excludente do currículo escolar”.

Os enunciados que formam esta classe chamam atenção, portanto, para a garantia do respeito as especificidades e necessidades individuais do público-alvo da educação especial, garantia que fica condicionada à mudança de paradigma que reestrutura, reorganiza, as práticas pedagógicas dando ênfase na flexibilização curricular.

Já na Classe 2, formada com 70 núcleos de sentido e 23% do discurso, o que está em evidência são os direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência de se desenvolverem de forma autônoma e de terem acesso à comunicação, à informação e à participação nos espaços sociais e culturais que os circunda. Em síntese, aqui estão reunidos os dispositivos que concedem a estes sujeitos o direito à cidadania plena, uma vez que as palavras destacadas pelo *software* foram: *comunicação, acessibilidade, tecnologia assistiva, barreiras, informação, participação, igualdade, condições, autonomia, eliminação*.

O único documento que aparece nesta classe é a Lei Federal 13.146/2015, que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

A Classe 2 se difere das demais porque não foca nas questões pedagógicas ou educacionais, entretanto, se relaciona à Classe 3 em nome da garantia de direitos fundamentais, como o é o direito à educação. Enquanto na Classe 3, o objeto de análise é a aprendizagem. Nesta, o que está em pauta é como essa aprendizagem pode favorecer a eliminação de barreiras que dificultem o acesso do indivíduo com deficiência ao exercício pleno de sua cidadania.

De modo geral, o conteúdo analisado pelo Alceste, interpretado e discutido aqui, revela avanços, desafios e contradições nas políticas e legislações vigentes na esfera federal e distrital. Ora, a maior das classes, a Classe 1, é aquela que aponta em dispositivos legais, de ambas as esferas, o caminho que deve ser tomado para que os processos inclusivos aconteçam no ambiente escolar. Dito de outro modo, essa classe aponta um serviço capaz de dar atenção às diversas demandas que emergem nos cenários escolares inclusivos, isto é, o AEE, não fosse a já evidenciada tendência social à exclusão, conforme aponta Sposati (2006) que pode levar ao risco de transformar esta política em uma arena limitadora de ações, caso não haja a devida interlocução com os distintos profissionais do espaço escolar.

A Classe 3, por sua vez, revela, por intermédio do currículo em movimento da SEEDF, exemplos de como este serviço pode ser organizado para atender a legislação e promover a devida aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes público-alvo da educação especial. Fica claro aqui que os processos de adaptações e adequações curriculares permitem a implementação de um currículo flexível, tornando o trabalho pedagógico rico e conflitante ao mesmo tempo.

Ao passo que se discursa sobre a importância das práticas pedagógicas de adaptações e adequações curriculares, abre-se espaço para interpretações subjetivas sobre as adequações mais e menos significativas, e sobre os sentidos atribuídos a este processo por cada um dos atores do ambiente escolar, para os estudantes e suas famílias, o que certamente, leva a crer que as práticas pedagógicas não são inclusivas por natureza e requerem apoio, incentivo e implicação de todos que estão envolvidos com ela.

A Classe 2, evidencia um discurso mais amplo, em conformidade com as premissas trazidas pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Trata-se do discurso da inclusão social, vista como ferramenta necessária para que todas as pessoas possam participar ativamente da vida em sociedade. Visualiza-se nos enunciados desta classe a reabilitação da própria sociedade ao favorecer o desenvolvimento de todas as pessoas que dela participam, ao passo que minimizam as resistentes barreiras da exclusão.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste trabalho foi identificar as representações sociais sobre inclusão e sobre o atendimento educacional especializado em políticas e legislações federais e distritais, da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Para tanto, procedeu-se uma análise de documentos federais e distritais que foram tratados e analisados com ajuda do *software* Alceste.

O conceito de atendimento educacional especializado apareceu com grande centralidade, tornando-se essencial para a compreensão das classes 1 e 3. Os conteúdos evidenciados nestas classes descortinam ideias acerca das práticas educativas inclusivas que devem ocorrer por intermédio dessa política. Ela assumiu nos contextos educacionais a grande responsabilidade por fazer valer o direito à aprendizagem, especialmente, dos estudantes público-alvo da educação especial, mas por uma série de fatores históricos e econômicos, essa política não se efetivou na sua totalidade.

Os estudos levam a crer que não é apenas a carência de ajustes e investimentos na política do AEE que impossibilita o alcance da aprendizagem por todos os estudantes. Talvez a não aceitação do ser humano em sua integralidade e a persistente exclusão da diversidade humana sejam os principais elementos inibidores do acesso pleno ao currículo escolar.

Por outro lado, e curiosamente, em nenhuma das classes formadas pelo *software* Alceste a palavra inclusão ou o termo educação inclusiva apareceram entre as principais. Essa ausência pode estar ligada ao fato destes conceitos não serem eles mesmos nucleares na constituição de sentidos. Os sentidos emergem no momento mesmo em que os legisladores e autores dos documentos descrevem as estratégias pensadas para que a inclusão saia do papel e se efetive na prática, assim, as classes são formadas por elementos que possibilitam a superação dos processos de exclusão e viabilizam a inclusão, tanto social, quanto educacional.

Isto significa que não é o conceito em si que deve estar na centralidade dos processos inclusivos, mas as ações éticas e humanas capazes de favorecer sua solidificação. Assim, o grande desafio que fica posto, após as análises aqui procedidas, é de que a inclusão precisa acontecer nas escolas comuns, nos espaços sociais comuns.

Enquanto não for possível pensar, naturalmente, em uma escola para todos, enquanto as raízes históricas da exclusão forem visíveis no solo da sociedade, a dignidade da pessoa humana estará em risco, assim como o sucesso nos processos educacionais e de cidadania.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. Em: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. São Paulo: Vozes, 2002.

BEYER, H. O. Da integração à educação inclusiva: implicações pedagógicas. Em BAPTISTA, C. R.; MACHADO, A. M. e Cols (ORG.) **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 27 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso 27 jun. 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CAMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 05 de outubro de 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em 27 jun 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>. Acesso em 03 abr 2019.

CALLEGARI, C. **Radicalizar o pacto pelas crianças do Brasil**. IBSA-Instituto Brasileiro de Sociologia Aplicada, s.d. Disponível em: <<http://www.ibsa.org.br/radicalizacao.php>>. Acesso em 18 jun. 2015.

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Resolução Nº 1/2018**. Estabelece normas para a Educação Básica no sistema de ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://cedf.se.df.gov.br/resolucoes/resolicao-cedf>. Acesso 12 mar 2019.

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Resolução Nº 1/2017**. Estabelece normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino do Distrito Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de abril de 2017. Disponível em: <http://cedf.se.df.gov.br/resolucoes/resolicao-cedf>. Acesso 12 mar 2019.

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos**. Brasília, 2014.

DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Orientação pedagógica da Educação Especial**. Brasília, 2010.

IMAGE. **Alceste 2010 Versão Windows**: Software de Análise de Dados Textuais. Tolouse, 2010. Disponível em: <<http://www.alcestesoftware.com.br/manuais/alceste-manual.pdf>> Acesso em 01 ago. 2013.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. R. J. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 44, n. 1**, 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362019000100203&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000100203&lng=en&nrm=iso). Acesso em 25 mai 2019.

SACRISTÁN, J. G. Plano do currículo, plano do ensino: o papel dos professores/as. In: SACRISTÁN, J. G. e GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, G. C. S.; MARTINEZ, A. M. A Subjetividade Social da Escola e os Desafios da Inclusão de Alunos com Desenvolvimento Atípico. **Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 22, n. 2**, p. 253-268, jun. 2016. Disponível em<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382016000200253&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000200253&lng=pt&nrm=iso)> Acesso em 27 maio 2019.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D., GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. nº. 1**, p. 1-15, jul., 2009.

SPOSATI, A. A fluidez da inclusão/exclusão social. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, n.º. 4, p. 4-5, Dez. 2006. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252006000400002&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso 27 mai 2019.

TEDESCO, J. Presentación. In: OLIVEIRA, D. A. et al. **Políticas educativas y territorios**. Modelos de articulación entre niveles de gobierno. IIPE/Unesco: Buenos Aires, 2010.

VOLTOLINI, R. Miséria Ética na Educação Inclusiva: por uma inclusão política mais do que social. **Educação, Porto Alegre**, v. 38, n. 2, p. 222-229, 2015.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Atenção Integral à Saúde da Família 1

Atendimento Educacional Especializado 13, 87, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 269, 270, 271, 273, 276, 277, 279

### C

Colaboração 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 91, 126, 180, 182, 183, 233, 243, 248, 255, 256, 263, 272

Competência Comunicativa 12, 138, 139, 141, 143, 144, 147, 149, 150

Comunicação 2, 16, 38, 41, 51, 103, 104, 108, 111, 126, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 147, 148, 149, 150, 161, 163, 175, 181, 182, 183, 208, 224, 240, 243, 247, 248

Cononavírus 100, 102

Cotidiano Escolar 17, 18, 19, 82, 256, 257, 262

Criação Coletiva 10, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 97

Cultura 11, 16, 19, 26, 30, 31, 39, 41, 56, 58, 59, 61, 67, 75, 79, 80, 83, 87, 88, 89, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 119, 120, 152, 175, 183, 228, 240, 250, 254, 277, 279, 281

Curadoria do conhecimento 12, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 181, 182

Currículo 11, 68, 77, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 133, 149, 166, 185, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 240, 263, 275, 277

Curso de Graduação 13, 7, 25, 161, 162, 185, 186, 196, 229, 230, 233, 234, 235

### D

Décadas de 1950 e 1960 54, 55, 63

Desenvolvimento Sustentável 13, 21, 238, 239, 240, 241, 244

Dificuldades Tecnológicas 100

Disciplina 1, 3, 4, 5, 10, 34, 43, 71, 73, 102, 104, 117, 132, 140, 162, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 178, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 193, 194, 195, 196, 212, 247, 250, 253

Docência 68, 127, 128, 131, 145, 172, 174, 175, 179, 181, 187, 197, 198, 207, 209, 211, 281

### E

Educação a Distância 10, 12, 13, 1, 2, 6, 7, 10, 12, 16, 100, 101, 207, 208, 210, 211, 215, 245, 246, 247, 249, 250, 254, 255

Educação Ambiental 17, 18, 19

Educação Brasileira 9, 18, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 109, 112, 265

Educação Especial 11, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 256, 257, 258, 266, 267, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279

Educação Feminina 11, 112, 113, 119

Educação Inclusiva 109, 217, 218, 219, 220, 225, 226, 227, 228, 266

Educação Infantil 11, 17, 18, 19, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 101, 119

Educação Profissional 11, 64, 65, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76

Educação Remota 13, 100, 107, 269, 273, 276

Ensino de Estatística 161

Ensino Remoto 269

Ensino Técnico Integrado 64

Escola 11, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 49, 57, 62, 65, 66, 67, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 101, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 114, 120, 137, 140, 145, 146, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 159, 161, 175, 178, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 204, 206, 219, 223, 226, 227, 232, 250, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 269, 272, 273, 274, 276, 277

Escrita Como Trabalho 12, 198, 199, 200, 201, 203, 205

Estágio 12, 25, 37, 67, 87, 126, 131, 132, 133, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197

Estudantes 9, 10, 3, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 72, 74, 75, 84, 85, 100, 101, 102, 104, 105, 126, 138, 139, 140, 143, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 175, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 204, 205, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 216, 218, 223, 225, 233, 234, 236, 243, 246, 247, 249, 250, 253, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280

Evasão 7, 64, 65, 69, 70, 74, 75, 76

Eventos científicos 29, 238, 239, 243

## **F**

Formação Continuada 11, 77, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 105, 133, 207, 208, 209, 215, 217, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 266, 267

Formação de professores 13, 85, 87, 126, 127, 129, 133, 134, 137, 185, 186, 189, 197, 216, 256, 257, 258, 259, 260, 266, 267, 281

Formação Inicial 11, 68, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 146, 149, 150, 186, 187, 197, 264

## **G**

Gestão 3, 6, 62, 69, 70, 75, 101, 102, 107, 108, 109, 145, 146, 184, 185, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 207, 209, 210, 214, 215, 248, 254, 255, 258, 263, 264

## **H**

História da arte 13, 245, 250

História das ideias pedagógicas 10, 46, 47, 48, 53

## **I**

Imprensa 11, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 112, 115, 116, 117

Inclusão Escolar 76, 81, 83, 87, 218, 256, 258, 262, 266, 267

Interior Brasileiro 11, 54, 55

## **J**

Jalapão 238, 239, 240, 243

Jornais 54, 55, 60, 62, 63, 100, 112, 115, 116

## **L**

Legislação 101, 217, 225, 269, 271

Leitura 9, 22, 23, 91, 115, 118, 120, 125, 126, 128, 130, 132, 135, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 174, 177, 212, 249, 250

Letramento 151, 152, 153, 157, 159, 160, 179, 281

Literatura 10, 11, 14, 16, 20, 22, 58, 65, 68, 151, 152, 154, 156, 157, 159, 160

## **M**

Macuxi 11, 88, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Max Weber 229, 230, 237

Medidas de tendência central 12, 161, 165, 166, 168

Método Abdução 10, 46, 48

Metodologia ativa 12, 172, 180, 181, 182

Metodologia de pesquisa 121, 123, 134, 135

Modernidade Conservadora 112, 118

Mudança Curricular 12, 207

Música 11, 7, 9, 11, 58, 63, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 117

## **O**

ODS 21, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244

## **P**

Pandemia 9, 11, 3, 6, 100, 101, 102, 105, 107, 110, 111, 241, 258, 262, 277

Permanência e êxito escolar 64

Pesquisa-ação colaborativo-crítica 77, 81, 256, 258, 259, 261, 263

Prática 12, 9, 16, 22, 29, 31, 49, 50, 58, 75, 79, 84, 85, 86, 87, 89, 96, 97, 98, 114, 128, 129, 130, 134, 135, 140, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 157, 159, 160, 162, 165, 172, 173, 174, 176, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 199, 200, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 226, 232, 237, 246, 254, 256, 258, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 272, 279

Prática Pedagógica 145, 148, 150, 207, 208, 209, 259

Prevenção 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 272

Professor de Matemática 121, 125, 128, 131, 132

## **R**

Racionalização 229, 232, 233, 236, 267

Recursos Educacionais Digitais 13, 245, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253

Reescrita 198, 199, 200, 205, 206

Revisão 14, 20, 22, 44, 48, 51, 65, 198, 199, 200, 204, 205, 226, 233, 252, 253

## **S**

Saúde da Família 10, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 25, 42

Socialização do conhecimento 10, 46, 47, 49

Sociologia Compreensiva 229, 230, 237

Subjetividade 12, 123, 151, 152, 154, 155, 158, 159, 160, 194, 195, 196, 227, 233

## **T**

Teoria 12, 9, 11, 16, 47, 51, 75, 84, 85, 87, 120, 121, 123, 131, 132, 135, 136, 140, 149, 150, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 178, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 196, 197, 219, 237, 256, 258, 259, 260, 261, 263, 266, 267

Transposição Didática 12, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171

## **U**

Uso de Drogas 10, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://facebook.com/atenaeditora.com.br)

# A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS  
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

4

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

 @atenaeditora

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://facebook.com/atenaeditora.com.br)

# A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS  
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

4